

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2025

CNTI presente em ato em Brasília contra Anistia



José Reginaldo, Nelson Bonardi e Sônia Zerino presentes no Ato contra Anistia em Brasília

Representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o presidente José Reginaldo, o secretário-geral Nelson Bonardi e a secretária da Mulher, Sônia Zerino, participaram neste domingo (14), em Brasília, de manifestação contra o Projeto de Lei da Dosimetria e contra a anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

institucional e pode comprometer o enfrentamento à violência política no país.



Durante o ato, também houve forte posicionamento contra qualquer tentativa de anistiar os responsáveis pelos ataques de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram depredadas. Em suas falas, as lideranças reforçaram que a responsabilização dos envolvidos é essencial para preservar a democracia, respeitar as decisões do Judiciário e impedir a repetição de atos antidemocráticos.



O ato público reuniu movimentos sociais, centrais sindicais, parlamentares e representantes da sociedade civil na região central da capital federal. A mobilização teve como principal bandeira a defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, com críticas a iniciativas consideradas ameaças às instituições republicanas.

Os manifestantes alertaram que o PL da Dosimetria pode fragilizar o sistema de Justiça ao relativizar critérios para a aplicação de penas, abrindo brechas para a redução de punições em casos graves. Para os organizadores, a proposta representa um retrocesso

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2025

Em várias capitais, manifestantes vão às ruas contra PL da Dosimetria

Em Brasília, cartazes diziam "sem anistia para golpista"



© Camila Boehm / Agência Brasil

Manifestantes de diversas cidades brasileiras foram às ruas neste domingo (14) contra a aprovação do chamado PL da Dosimetria, o projeto de lei que pretende diminuir o cálculo das penas (dosimetria) de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os atos são promovidos pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, movimentos de esquerda que se mobilizaram contra a aprovação do projeto.

Pela manhã, os atos foram realizados nas principais capitais do país, entre elas, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Maceió, Fortaleza, Salvador e Brasília.

Na capital federal, os manifestantes se reuniram em frente ao Museu da República e se dirigiram ao Congresso, onde gritaram palavras de ordem e ergueram cartazes com os dizeres "Sem anistia para golpista". Também houve críticas ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Em São Paulo, o ato também está acontecendo, começou às 14h, em frente ao Masp, na Avenida Paulista. No Rio de Janeiro, a concentração estava marcada para as 13h, na altura do posto 5, em Copacabana.

Projeto de lei

Na quarta-feira (10), a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a redução de penas de pessoas condenadas pelos atos golpistas.

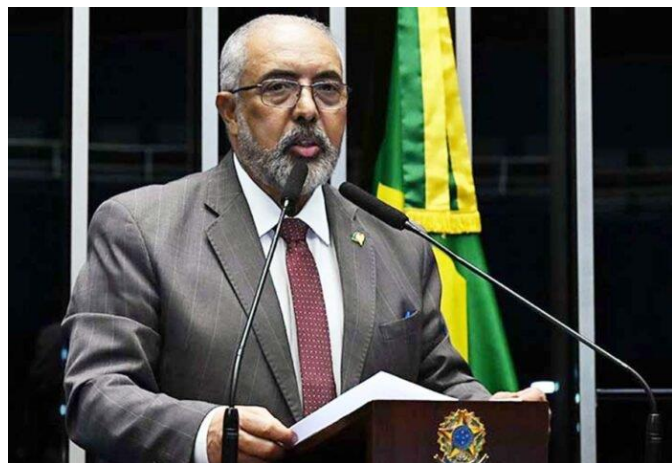
O texto foi aprovado durante a madrugada e é substitutivo do relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), ao Projeto de Lei 2162/23, do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

O substitutivo determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

Após a aprovação na Câmara, o projeto seguiu para o Senado, onde será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima quarta-feira (17).

Fonte: Agência Brasil

Paim não desiste de combater a 6x1



Avança a luta parlamentar pela redução da jornada de fim da escala 6x1. Quarta, dia 10, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a Proposta de Emenda Constitucional que reduz, progressivamente, a jornada de trabalho para 36 horas, ensejando também o fim da escala 6x1. O senador Paulo Paim (PT/RS) é o autor da proposição.

A PEC visa a mudança gradual, começando com redução pra 40 horas e reduzindo uma hora por ano até atingir as 36 horas semanais. O texto fixa repouso semanal de pelo menos dois dias. Segundo o relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE), a implantação da nova carga horária se dará ao longo de cinco anos. A PEC também propõe o fim da escala 6x1. Matéria segue para análise na Câmara dos Deputados.

A PEC tramita no Congresso há dez anos. Mas ganhou visibilidade após manifestações de entidades sindicais, nos dias 7 e 21 de setembro. Mais de 1,5 milhão de pessoas já subscreveram o texto.

Em pronunciamento, dia 10, Paulo Paim enfatizou a importância da qualidade de vida aos trabalhadores, garantindo-lhes mais tempo para atividades pessoais, familiares, como também acesso a lazer e saúde.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2025

Saúde – O INSS, em 2024, registrou 472 mil afastamentos por transtornos mentais, muitos ligados às más condições de trabalho. Documento divulgado pelo gabinete do senador Paim na sexta (12), argumenta que “a redução da jornada melhora a saúde mental e física, com os trabalhadores mais preparados pra aumentar, inclusive, a produtividade”. E mais: “Jornadas mais curtas permitem maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, tempo para a família, estudo, formação técnica, lazer e cuidados pessoais”.

Teimosia – O senador afirmou em plenário que mais de 20 milhões de brasileiros enfrentam sobrejornadas. E as mulheres, segundo ele, “acumulam até 11 horas diárias entre o trabalho profissional e as tarefas domésticas”.

“Na Constituinte, lutamos pelas 40 horas. Mas, no final, a jornada caiu de 48 pra 44 horas. Não engoli aquela história de perder, reapresentando a proposta várias vezes”, afirmou Paim à Folha de S. Paulo em entrevista publicada dia 12.

Emprego – “Se fossem 40 horas, 22,3 milhões de trabalhadores formais seriam beneficiados. Se fossem 36, o benefício alcançaria muito mais, a longo prazo. De imediato, é de 44 pra 40, numa das maiores transformações sociais e trabalhistas da nossa história, ampliando o bem-estar, a qualidade de vida e a dignidade”, afirma o senador.

Fonte: Agência Sindical

Audiência pública discutirá a falta de energia elétrica no Brasil



Moradores do bairro Jardim Nova Vitória, na zona leste de São Paulo, estão sem energia elétrica, reflexo da ventania que atingiu a capital paulista nestes últimos dias. Edi Sousa/Ato Press/Folhapress

Debate abordará impactos dos apagões, falhas na infraestrutura e adaptação do setor elétrico a eventos climáticos extremos

Na próxima terça-feira (16), a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados

promoverá uma audiência pública para examinar a questão da falta de energia elétrica nos municípios brasileiros.

A realização deste debate atende a uma solicitação do deputado Yury do Paredão (MDB-CE). Ele enfatiza que a interrupção no fornecimento de energia acarreta prejuízos para as famílias, impacta serviços essenciais como hospitais, abastecimento de água e educação, e compromete as atividades do comércio e da indústria.

O deputado explica que parte da infraestrutura elétrica do país foi planejada sem levar em consideração os eventos climáticos extremos, que se tornaram mais frequentes. “Diante dessa realidade, um dos temas mais estudados no setor elétrico brasileiro é a resiliência de redes”, afirma.

Yury do Paredão acrescenta que fortalecer as redes requer a revisão de padrões técnicos, operacionais e regulatórios, além da incorporação de medidas de adaptação climática ao planejamento e à operação dos sistemas.

Fonte: Congresso em Foco

Em debate na Câmara, governo reafirma apoio ao fim gradual da escala de trabalho 6x1

Propostas em análise na Câmara e no Senado reduzem a carga de trabalho semanal; empresários alertam para altos custos trabalhistas



Renato Araújo / Câmara dos Deputados

Tema foi debatido pela Comissão de Finanças e Tributação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discutiu, em audiência pública, na quarta-feira (10), os impactos do fim da escala de trabalho 6x1. O debate reuniu representantes de entidades patronais e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos.

Boulos afirmou que a mudança na jornada é prioridade do governo e citou exemplos internacionais. Segundo

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2025

ele, nos Estados Unidos houve redução média de 35 minutos na jornada diária nos últimos quatro anos, com aumento de 2% na produtividade. Ele lembrou ainda que, na França, a redução para 35 horas semanais em 1998 resultou na criação de cerca de 300 mil empregos.

O ministro mencionou estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado em 2022, em 46 países. A pesquisa mostrou que o Brasil tem a quarta maior jornada semanal, com média de 39 horas, enquanto a Coreia do Sul tem 38 e a Alemanha, 34 horas.

"Fala-se muito que não podemos reduzir a jornada porque nossa produtividade é menor. Mas como ela vai aumentar se a trabalhadora e o trabalhador não têm tempo para estudar, descansar e melhorar suas condições de trabalho?", disse Boulos.

"O tema envolve números e impactos econômicos, mas envolve também humanidade. O mercado se adapta", enfatizou.

Propostas

As mudanças sobre jornada estão em análise na Câmara e no Senado. O governo apoia o Projeto de Lei 67/25, relatado na Câmara pelo deputado Leo Prates (PDT-BA). O texto prevê redução gradual da jornada semanal, que sairia das atuais 44 horas para 42 horas em 2027 e 40 horas em 2028. O projeto está em exame na Comissão de Trabalho.

Atualmente, a legislação estabelece 44 horas semanais como limite máximo de jornada.

Renato Araújo / Câmara dos Deputados



O debate foi solicitado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG), que alertou para o avanço da proposta no Senado.

Segundo ele, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, nesta quarta-feira, a Proposta de Emenda à Constituição que extingue a escala 6 por 1 (PEC 148/15). A proposta prevê a redução gradual da jornada semanal de 44 para 36 horas e segue para votação no Plenário do Senado.

Custos

O presidente em exercício da Fecomércio São Paulo, Ivo Dall'Acqua Junior, representante da Confederação Nacional do Comércio, disse ter restrições à proposta. Segundo ele, o Brasil tem um setor produtivo diverso e regras rígidas podem afetar atividades de forma desigual.

"Empregar custa muito. Nosso custo de trabalho é elevado, e isso também precisa entrar no debate", disse.

Dall'Acqua afirmou ainda que o Brasil não registra ganho consistente de produtividade desde os anos 1980. Segundo ele, a produção por hora trabalhada é de US\$ 17, enquanto a Argentina registra US\$ 27, o Uruguai US\$ 30 e países da Europa e Estados Unidos superam US\$ 60.

O especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Rolim Carneiro, destacou o peso das pequenas empresas.

"Noventa e nove por cento das empresas brasileiras são micro, pequenas e médias. Elas respondem por cerca de 52% dos empregos formais e têm mais dificuldade para fazer adaptações internas."

Fonte: Agência Câmara

